

**REFLEXÕES ACERCA DA DEMOCRACIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA
UNIÃO EUROPÉIA: UMA ANÁLISE DA NEGATIVA POPULAR DA FRANÇA E
HOLANDA E DO TRATADO REFORMADOR DE LISBOA**

**REFLEXIONS ABOUT DEMOCRACY IN EUROPEAN UNION INTEGRATION
PROCESS: ONE ANALYSIS OF THE NEGATIVE RESULTS OF REFERENDUM
ORGANIZED IN FRANCE AND HOLLAND**

Cristiane Schwanka

Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pelas
Faculdades Integradas do Brasil – UNIBRASIL.
Professora das Faculdades OPET. Advogada em
Curitiba.

e-mail: criss.adv@gmail.com

Resumo: O presente texto pretende apresentar uma reflexão acerca do fenômeno da democratização do Estado Pós-Nacional, a partir do processo de integração da União Européia. Enfrenta o tema do abalo do sentimento de pertencimento que une o cidadão ao seu Estado-Nação, analisando, em especial, o resultado negativo da consulta popular realizada por meio de referendo na França e na Holanda, bem como da elaboração do Tratado reformador de Lisboa, elaborado em dezembro de 2007.

Abstract: The present text intends to present a discussion about the phenomenon of the democratization of the Post-National State, through the European Union integration process. It faces the question of the shaken feeling of belonging that links the citizens to his Nation State, analyzing, in special, the negative result of the referendum organized in France and Holland, as well as the drafting of the Lisbon Treaty, elaborated in December of 2007.

Palavras Chave: Democracia; Participação Popular; Legitimidade; Estado; Cidadania.

Keywords: Democracy; Popular acting; Lawful; State; Citizenship.

Sumário: Introdução. 1- Uma Primeira Aproximação Sobre o Tema da Legitimidade Democrática na União Européia. 2 - A Resposta Negativa da população da França e Holanda à Criação da Constituição Européia: a análise de Robin BLACKBURN. 2.1 - O modelo de Meidner: o imposto em ações como alternativa para o fortalecimento da Europa Social. 3 - A Resposta Negativa da população da França e Holanda à Criação da Constituição Européia: a análise de Susan WATKINS. 3.1 - A interpretação do Tratado da União Européia por Susan WATKINS.

Introdução

O processo de mudança pelo qual vem passando o Estado Nacional, enquanto corpo político e unidade de sobrevivência, redefine o limite e a amplitude da soberania estatal e do próprio exercício da democracia no cenário geopolítico mundial. Essas transformações constituem-se, de modo recorrente, a problematização em torno do chamado *déficit democrático*¹ no processo de integração da União Européia, notadamente nas questões que se projetam para além do domínio territorial legal do Estado Nacional.

No caso específico da União Européia, o alto nível de governança transnacional alcançado pelo bloco se dá em meio a um contexto de grande heterogeneidade, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto no que tange a questão da identidade cultural e que demanda reflexão devido as implicações que traz para formação de uma identidade política de caráter europeu e, conseqüentemente, a criação de um *locus* para o exercício do poder em escala transnacional. A grande diversidade presente no âmbito do sistema europeu traz a dificuldade inerente de fazer com que o processo decisório precise ser aceito por todos os integrantes do bloco.

Nesse cenário, uma série de questões acerca do problema do déficit democrático na União Européia são trazidas à tona. Tais questões vão desde a existência ou não de um déficit de democracia e da definição do mesmo, passando pelas implicações decorrentes do processo decisório, chegando até conceitos de natureza mais subjetiva como a idéia de pertencimento.

O presente texto tem por objetivo estimular uma reflexão acerca da eventual existência de um déficit democrático na União Européia, notadamente a partir do resultado negativo da consulta popular realizada por meio de referendo na França e na Holanda, bem como da elaboração do Tratado reformador de Lisboa, elaborado em dezembro de 2007, tema que tem sido destacado freqüentemente nos relatórios institucionais e nos meios acadêmicos.

1 Uma Primeira Aproximação Sobre o Tema da Legitimidade Democrática na União Européia

¹ O termo déficit democrático foi empregado pela primeira vez nos estudos europeus pelo cientista político britânico David Marquand. O referido autor cunhou essa expressão no final da década de 70 para empregá-la em sua análise a respeito do funcionamento das instituições comunitárias. Em seu trabalho sobre o Parlamento Europeu (que a esse período ainda era escolhido indiretamente), Marquand identifica os pontos fracos da estrutura, advogando em favor de eleições diretas para o legislativo da União Européia para, assim, dotar a integração de mais legitimidade democrática (Cf. MÉNY, Yves. *De la Democratie en Europe: Old Concepts and New Challenges*, Journal of Common Market Studies, 1, 41: 1-13. Apud GOMES, Elton. *Processo decisório, legitimidade democrática e accountability em blocos de integração regional: a discussão da União Européia*. Disponível em: <http://seminariopolitica.t5.com.br/papers/eltongomes.doc>. Acesso em 15/01/2008.

De acordo com o entendimento de Amandino Teixeira NUNES JUNIOR, seria possível constatar a existência do déficit democrático desde os primeiros atos da integração regional europeia, uma vez que seus idealizadores – Monnet e Schuman – estavam claramente influenciados pela teoria neofuncionalista, segundo a qual, em linhas gerais, se busca o sucesso do funcionamento do sistema na tecnocracia e no elitismo, independentemente da participação democrática.² Trata-se de uma teoria sobre a estratégia da integração e não sobre a legitimidade dessa integração, já que ela não estava em causa.³

Segundo NUNES JUNIOR, o funcionamento bem-sucedido do início do processo de integração da Europa dependia da vinculação dos governos nacionais aos objetivos europeus, que se realizaria através da tecnocracia da Alta Autoridade (órgão máximo da CECA e antecessor da atual Comissão Europeia), e também da persuasão das elites e dos grupos econômicos. Daí que a participação dos cidadãos, para Monnet e Schuman, não era relevante para o sucesso da integração europeia. O legado dessa estratégia inicial gerou uma frágil legitimidade democrática, que se intensificou com o decurso do tempo.⁴

Na expressão de NUNES JUNIOR, a noção de déficit democrático decorre não apenas da observação da gênese da integração europeia mas também da estrutura institucional da União Europeia, à medida que a sua concepção carece de participação mais efetiva dos cidadãos dos Estados-membros.

Sem embargo, afirma o autor que o Parlamento Europeu, que é o único órgão comunitário democraticamente eleito pelas populações dos Estados-membros pelo voto direto, não possui os mesmos poderes dos Parlamentos nacionais de legislar e de controlar os respectivos Executivos. Mesmo que o Tratado de Maastricht, de 1992, tenha avançado no reconhecimento do alargamento de sua função legislativa, instituindo novos domínios para legislação e o procedimento de co-decisão, o Parlamento Europeu continua destituído de capacidade decisória plena, não sendo de grande relevância sua atuação como poder constituinte derivado. Como resultado, o Conselho da União Europeia tem a prerrogativa de,

2 Cf. NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *O déficit democrático na união europeia*. Disponível em <http://www.Jus2.uol.com.br/doutrina/textos>. Acesso em 15/01/2008.

3 Cf. FRAGA, Ana. *Os parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*. Lisboa: Edições Cosmo, 2001, p. 39-40. Segundo a autora a teoria neofuncionalista previa uma transferência progressiva e automática de soberania dos Estados-membros para a Comunidade Europeia. A sucessiva integração de funções estatais e a criação de uma elite tecnocrática teriam por resultado um processo auto-sustentado, composto por etapas de integração, que levaria à criação de uma nova entidade política. Essa teoria fundava-se numa abordagem norte-americana dos anos 50 e 60 da atividade dos grupos de interesses e da eficiência da tecnocracia na decisão, que foi adaptada ao contexto de integração europeu.

4 Cf. NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *O déficit democrático na união europeia*. Disponível em <http://www.Jus2.uol.com.br/doutrina/textos>. Acesso em: 15/01/2008.

no procedimento de cooperação, em votação unânime, adotar determinada decisão, a despeito do veto do Parlamento Europeu.

Não obstante, as atribuições do Parlamento Europeu, em matéria de política externa, são eminentemente consultivas e de supervisão, não tendo competência legal para influenciar no conteúdo dos acordos e tratados tanto na fase das negociações diretas quanto na fase da elaboração das diretivas. O que se verifica é que grande parte dos poderes soberanos nos domínios executivo e legislativo transferidos pelos Estados-membros à União Européia está sendo efetivamente exercida pela Comissão Européia, visto que é dela a titularidade da iniciativa das leis e das políticas comunitárias, cabendo às demais instituições, em muitos domínios, apenas ratificá-las.⁵

Por outro lado, para que um país possa pretender aderir à União Européia, têm-se como requisitos ser um Estado europeu e estar fundado em bases democráticas. Ou seja, para pertencer ao bloco comunitário, se exige que o país seja democrático pretendendo, dessa forma, consagrar o respeito à democracia pluralista nos diversos Tratados constitutivos; porém, paradoxalmente, a efetiva participação democrática não está presente na estrutura institucional de União Européia e nas tomadas de decisões das instituições comunitárias.⁶

Veja-se, por exemplo, que Anthony GIDDENS igualmente destaca a carência de democracia na União Européia:

*A União Européia tornou-se cada vez mais importante nas vidas dos cidadãos, ao mesmo tempo em que está perdendo apoio popular. Ela é responsável por 75% da legislação econômica através de seus Estados-membros, e por 50% de toda a legislação interna. No entanto, levantamentos mostram que na maioria dos países-membros há menos entusiasmo pela União Européia do que antes – como duas ou três sociedades fazendo o movimento oposto. As razões normalmente apresentadas são a falta de democracia na União Européia e seu distanciamento das preocupações das pessoas comuns.*⁷

A grande diversidade presente no âmbito do sistema europeu traz a dificuldade inerente de fazer com que o processo decisório precise ser aceito por todos os integrantes do bloco. Daí, portanto, a existência de um formato de elaboração de políticas que é caracterizado pela busca de um consenso. Essa procura pela harmonização de interesses e/ou

⁵ Id., Ibid.

⁶ Id., Ibid,

⁷ GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre impasse político e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 154.

estabelecimento de objetivos comuns é feito em meio a um intenso estado de barganha e negociação no qual operam os atores políticos envolvidos, na consecução de suas metas^{8,9}.

Esses acordos são costurados dentro do contexto de um jogo de múltiplas partidas onde os grupos objetivam o “*ótimo possível*” em termos de benefícios politicamente valorizados, gerando uma espécie de consenso discordante. A situação decorrente deste estado de coisas, sobretudo no tocante a questões de legitimidade e controle democrático das políticas estabelecidas pelas instituições comunitárias para a União Européia, é por assim dizer, o motor da reflexão sobre o déficit democrático europeu.¹⁰

Da maneira como está organizada hoje, a estrutura decisional da União Européia conta com quatro grandes atores: o Conselho Europeu, a Comissão Européia, Parlamento Europeu e a Corte Européia de Justiça¹¹. Apesar de muito conhecida, a organograma institucional da União Européia serve de base para a compreensão dos argumentos levantados pelos críticos e defensores do modelo de tomada de decisão de Maastricht sobre democracia e legitimidade.

Os limites e possibilidades dessa estrutura são amplamente discutidos pelos teóricos quanto a sua legitimidade e controle por parte dos cidadãos. Muito embora o constitucionalismo, ao longo da história, esteja ligado à ideologia dos cidadãos, o movimento da integração europeia, ao contrário, nasce como uma idéia dos governantes – uma idéia autoritária, que não se identifica nos cidadãos, nem encontra respaldo popular, à medida que apenas o governo de cada Estado-membro participa da tomada de decisões para a formação da conjugação dos interesses dos Estados membros.

E tais aspectos, ao se refletir sobre a constituição de uma União Européia, nos permitem compreender melhor por que alguns Estados são mais bem-vindos a esta União, enquanto outros sofrem reações contrárias de vários Estados e dos cidadãos destes Estados, como é o caso da integração da Turquia relativamente ao posicionamento da França. Na União Européia, neste momento, se vislumbra a tentativa de vinte e sete comunheiros de recuperarem o tempo perdido desde que dois países, França e Holanda, através do voto direto, disseram NÃO à aprovação de uma Constituição Européia, e sete outros decidiram suspender a oitiva popular, a fim de evitar a formação de uma maioria que, por razões políticas ou

⁸ O caráter particular da União Européia demanda formas não majoritárias e pós-parlamentares de accountability. Nessa vertente, a idéia de consenso e deliberação pode ser designada de característica preponderante do processo decisório europeu.

⁹ GOMES, Elton. *Processo decisório, legitimidade democrática e accountability em blocos de integração regional: a discussão da União Européia*. Disponível em: <http://seminariopolitica.t5.com.br/papers/eltongomes.doc>. Acesso em 15/01/2008

¹⁰ Id., Ibid.

circunstanciais, pudesse prejudicar o objetivo máximo de consolidar a própria União Europeia nos moldes de sua atual estrutura institucional.

Neste sentido, é natural que se deva estudar um pouco mais a questão afeita à *vontade* dos cidadãos e da expressão de sua *vontade*, externalizadas diretamente ou pelos seus respectivos representantes na administração dos Estados e da própria União que se constrói, pois se trata, em outras palavras, da aferição da democracia e legitimidade do próprio processo de integração da União Europeia.

2 A Resposta Negativa da população da França e Holanda à Criação da Constituição Europeia: a análise de Robin BLACKBURN

Em artigo publicado na revista *New Left Review* n. 34, com o título de “*El capital y la Europa social*”, Robin BLACKBURN afirma que a negativa francesa e holandesa à proposta de constituição para a UE cria uma situação instável, demonstra uma expressão de ira popular ante o fracasso do atual *euroregime* e seu projeto de reforma.¹²

Registra que se trata de um projeto que foi ligeiramente maquiado utilizando-se a frase *Europa social*, porém por trás da mesma se escondia o esforço destinado a redução da proteção social e a mercantilização da proteção social. Em quase todos os casos os sistemas de proteção social nos âmbitos nacionais estavam sendo desmantelados e, hoje, a UE não conta com um regime previdenciário adequado aos enormes desafios que devem afrontar seus estados membros..¹³

Destaca que durante duas décadas a UE tem estado pressionada por altas taxas de desemprego em seus estados centrais e que agora não estaria preparada para as conseqüências de uma ampliação não planejada. Ainda que a proposta de tratado constitucional não abandonasse as referências à *Europa social*, não contemplava nenhuma só medida que estendesse a proteção social em um marco comunitário, nem dotava a EU de novos poderes de cobrança de impostos. Alguns desses desafios foram utilizados pelos líderes europeus para justificar a redução de dimensões do capítulo social.¹⁴

BLACKBURN aduz que a UE tem uma escala e um grau de desenvolvimento que, potencialmente, permitiria conter as forças corrosivas da globalização e elaborar seu próprio

¹¹ As demais instâncias comunitárias (Comitê das Regiões e Comitê Econômico Social), muito embora estejam envolvidas no complexo processo de tomada de decisão, constituem-se apenas em instâncias consultivas.

¹² BLACKBURN, Robin. “*El capital y la Europa social*”. In: *New Left Review* n. 34, set-out 2005, p. 59.

¹³ BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, p. 59

modelo social, tendo em vista que a UE tem um peso econômico igual do EUA, assim como um regime fiscal e regulador que as grandes corporações e as entidades financeiras estão obrigadas a respeitar. Por outro lado, aponta que um sinal característico da Europa consistiria na presença de movimentos obreiros e sociais relativamente fortes.¹⁵

Segundo aponta o autor, a Europa teria a oportunidade de dar uma resposta criativa à crise que enfrenta. Com a chegada de novos membros a UE tem demonstrado seu poder de atração, porém, essa ampliação se vê comprometida com o fracasso na hora de qualquer tipo de aprofundamento no aspecto social.¹⁶

Afirma que o atual programa da UE trata de ampliar o mercado interno sem oferecer contrapartidas sociais ou uma amortização fiscal. Segundo o autor, durante mais de uma década, os dirigentes da EU tem impulsionado uma privatização cada vez mais explícita e implícita do financiamento da seguridade social. O desmantelamento da Europa social tem encontrado uma resistência em grande escala, refletindo um descontentamento generalizado com o modelo neoliberal dominante, espelhado no modelo estadunidense. Registra que a economia estadunidense está afundada em déficits colossais, envolta na corrupção e fracasso.¹⁷

BLACKBURN destaca que no coração do sistema capitalismo subjaz um enorme déficit de responsabilidade social. Relata casos de má gestão de fundos de pensão e seguros, com evidências de corrupção e gestão fraudulenta, em sua maioria. Alguns planos do setor público tem começado a por em prática uma melhor gestão corporativa e uma responsabilidade social mínima.¹⁸

Afirma que a doutrina econômica anglosaxônica tem feito grandes progressos na Europa e trazido consigo outras tantas práticas delituosas. A Europa conta com a sua própria lista de escândalo como os casos: Parmalat, Shell, Vivendi, entre outros.¹⁹

Ressalta que a Europa possui uma taxa de desemprego oficial de 10%, algumas categorias da população, sobretudo os menores de 25 e os maiores de 50, estão condenados a pobreza e a ociosidade.²⁰

Ainda, relata que a Europa enfrenta um grave impacto provocado pelo envelhecimento e não esta preparada para o mesmo, notadamente porque o peso das pensões será excessivo. A

¹⁴ Id., p. 60.

¹⁵ Id., Ibid.

¹⁶ Id., p. 61.

¹⁷ Id., Ibid.

¹⁸ BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, p. 63.

¹⁹ Id., p. 64.

idade média dos europeus e de 38 anos, se prevê que em 2025 será de 45. Na atualidade a proporção é de 33 pensionistas para cada 100 adultos em idade de trabalho e em 2050 as previsões indicam que será de 68 pensionistas para cada 100 adultos em idade de trabalho. Afirma que a tendência consolidada ao envelhecimento na Europa tem suas raízes na baixa fertilidade, assim como no aumento da expectativa de vida que também agrava o sistema, a ponto de que na grã-Bretanha se discute o aumento da idade de aposentadoria como alternativa para ajuste do sistema.²¹

BLACKBURN aponta para a necessidade de criação de outras formas de financiamento para os programas sociais, passando, inclusive pela reforma do sistema de pensões, com a ampliação de cobertura privada.²²

Registra que as primeiras indicações procedentes de novos estados membros da UE indicam que os mesmos têm adotado a gestão comercial de fundos, o que apontaria para novas desilusões, uma vez que resulta difícil garantir a cobertura universal das pensões dos fundos privados onde existem grandes disparidades entre o montante de salários e soldos, assim como onde existem trabalhadores endividados e mal pagos. Por outro lado, destaca que ainda existem características positivas no modelo social europeu: o horário de trabalho é curto e a produtividade é alta. Para o autor, o contexto atual retrata que a segurança e um sistema de pensões de qualidade, que podiam se associar-se a expressão Europa social, são coisas do passado.²³

BLACKBURN acredita que o melhor modo de devolver a confiança no futuro, aliviando os déficits e defendendo o que há de bom no modelo social europeu, consiste em encontrar as modalidades que obriguem a contribuir a todas as corporações, porém de tal forma que os empregados não fiquem a mercê das fortunas variáveis de seus próprios empregadores.²⁴

Aduz o autor que talvez seja possível chegar a um amplo consenso em torno de uma fórmula de repartição de encargos, de tal sorte que a proporção entre a renda média dos pensionistas e a renda média se mantenha e que os pensionistas obtenham um benefício proporcional aos aumentos da prosperidade nacional. Todavia, afirma que o problema na Europa consiste em que pareça bastante improvável que se consiga esse objetivo.²⁵

²⁰ Id., p. 66.

²¹ Id., p. 67-68.

²² Id., p. 71.

²³ BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, p. 71.

²⁴ Id., *Ibid.*

²⁵ Id., p. 72.

2.1 O modelo de Meidner: o imposto em ações como alternativa para o fortalecimento da Europa Social

BLACKBURN descreve a proposta formulada por Rudolf MEIDNER para a Suécia, cuja característica principal residia no fato de que o funcionamento dos fundos sociais se harmonizava tanto com as negociações salariais coletivas quanto com a proteção de níveis altos de empregos.²⁶

De acordo com a proposta de MEIDNER as companhias suecas, durante as altas de ciclo econômico, eram incentivadas a colocar seus resultados operativos em reservas especiais livres de imposto, o que possibilitaria ao governo socialdemocrata sueco criar um sistema público secundário de pensões dotado de financiamento prévio.²⁷

Antecipando novos gastos sociais decorrentes do processo de envelhecimento, MEIDNER levou à convenção a necessidade de novos fundos sociais estratégicos, que seriam financiados por um imposto em ações, que não funcionaria como uma carga impositiva sobre as corporações a partir do fluxo de caixa e, potencialmente, das inversões, mas recairia sobre os acionistas ricos e o valor da carteira se diluiria.²⁸

BLACKBURN afirma que à época, o plano visionário de MEIDNER obteve o apoio dos sindicatos e dos membros do partido socialdemocrata, todavia encontrou oposição dos meios de comunicação privados, assim como das 20 famílias que dominavam as maiores corporações do país.²⁹

Sob tal enfoque BLACKBURN aduz que o modelo de MEIDNER poderia ser aplicado no âmbito da UE para o fortalecimento do sistema de pensões de tal forma a garantir a estabilidade do sistema, muito embora enfatize que, no momento não existe nem sequer aspiração de construir um fundo de pensões a escala europeia. Ainda assim põe em relevo que a UE pede, de maneira periódica, uma Europa social³⁰

Aduz que pelo tratado de Niza os Estados membros se comprometeram a conseguir o mais alto grau de proteção social.³¹

²⁶ Id., Ibid.

²⁷ Id., Ibid.

²⁸ Id., p. 73.

²⁹ BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, p. 73.

³⁰ Id., p. 75.

³¹ Id., Ibid.

O autor aponta que a confederação européia dos sindicatos tem exigido durante muito tempo um verdadeiro fundo social a escala continental, com recursos que possa reverter em emprego produtivo e que possam respaldar o gasto de um sistema social do futuro.³²

Segundo BLACKBURN o sistema de proteção social a escala européia poderia se organizar em função de um critério universal, de modo que cada cidadão, cada país e cada região faria alguma contribuição e cada cidadão, país e região receberia algum benefício.³³

Ao estilo proposto por MEIDNER, por meio de um programa de impostos em ações, todas as companhias e filiais teriam que entregar novas ações aos fundos sociais em função dos benefícios que obtiveram nos estados em que operam. Esse tipo impositivo seria o mesmo em todos os estados membros. A rede de fundos sociais estaria organizada tanto em escala nacional, como regional e de toda a UE. Assim, os fundos sociais situados em novos estados membros se beneficiariam de uma distribuição tanto central como local. Por outro lado, como os fundos regionais e nacionais receberiam ações em empresas ativas em seu próprio estado, haveria uma tendência a nacionalização e faria a distribuição cívica dos ativos empresariais.³⁴

Nesse sentido, BLACKBURN sugere que a proposta de MEIDNER necessitaria apenas de poucos ajustes para garantir o equilíbrio de forças necessário para a sustentabilidade do sistema.³⁵

No entanto, o autor afirma que, não há dúvidas de que o grande capital se mobilizará contra a modesta diluição anual que representará o imposto de sociedades de MEIDNER, uma vez que a participação acionária individual está restringida a uma minoria muito pequena na maioria dos países europeus.³⁶

De acordo com o entendimento do autor, o imposto de sociedades representaria uma fonte importante de ingresso nos velhos estados membros da EU. Os fundos sociais estariam pensados tanto para a produção de riqueza quanto para sua distribuição e poderiam ajudar a proteger as empresas produtivas da financeirização, a promover objetivos empresariais socialmente responsáveis e a impor certo grau de controle popular sobre o processo de acumulação.³⁷

³² Id., *Ibid.*

³³ Id., p. 76.

³⁴ Id., p. 76-77.

³⁵ Id., p. 77.

³⁶ BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, p. 78.

³⁷ Id., p. 79.

Para BLACKBURN o modelo proposto não garantiria resultado justo, porém representaria uma estrutura dentro da qual se poderia lutar por resultados progressistas.³⁸

Aduz que ainda caberia questionar se um fundo baseado em ações não seria vulnerável aos inevitáveis câmbios de mercado? Afirma que os fundos sociais poderiam atuar diminuindo a pressão sobre os sistemas de pensões baseados nas cotizações dos trabalhadores ativos.³⁹

Para o autor a Europa terá mais capacidade para se dedicar a estudar e melhorar seus planos de proteção social e suas dotações educativas se não se deixar arrastar pelas aventuras militares estadunidense, destinadas a distrair os cidadãos estadunidenses dos graves problemas sociais e de desigualdades galopantes no âmbito nacional.⁴⁰

3 A Resposta Negativa da população da França e Holanda à Criação da Constituição Européia: a análise de Susan WATKINS

Em artigo publicado na revista *New Left Review* n. 33,, com o título de “*Temblores Continentales*”, Susan WATKINS afirma que uma imprevista erupção de descontentamento massivo nos processos da União, notadamente quanto ao rechaço francês e holandês em seus respectivos referendos sobre o tratado constitucional da UE em 2005, foi levado a termo por forças relativamente marginais da esquerda extraoficial que tem representado argumentos decisivos contra ao Tratado.⁴¹

Registra que as primeiras reações por parte dos líderes da UE em frente às questões tem sido: menos voto, mais marketing. Todavia, aponta que as estratégias para a venda de seu modelo de Europa continua sendo um problema.⁴²

Descreve a autora que, fundada sobre a social democracia e na democracia cristã pós-guerra, a UE tem se modificado e se expandido até se conformar em um novo tipo de instituição na era da hegemonia neoliberal global. Para ela, o resultado dos referendos apresentam uma radiografia para compreensão do que tem se convertido a Europa, ao mesmo tempo em que no espaço em que se abriu entre os eleitores e a elite revela os problemas da política para além da ordem neoliberal.⁴³

³⁸ Id., p. 80.

³⁹ Id., Ibid.

⁴⁰ Id., Ibid.

⁴¹ WATKINS, Susan. “Temblores Continentales.” In: *New Left Review* n. 33, jul-ago 2005, p. 5.

⁴² Id., Ibid.

⁴³ Id., Ibid.

Afirma que, num primeiro momento, a aposta oficial por um tratado constitucional se mostra atrativa e plausível. Apesar de sua imperfeição o tratado contribuiria para uma UE mais democrática, eficiente, racional e transparente, cujo resultado seria uma Europa mais forte capaz de exercitar uma influência moderada sobre as ambições imperiais dos Estados Unidos (...) a superpotência estadunidense se '*mostraria novamente inclinada a funcionar por conta e risco*'.⁴⁴

Discorre acerca do resultado negativo do referendo na França que, apesar da grande investida dos meios de comunicação de massa e de senadores, deputados e celebridades que procuravam evidenciar as vantagens para adesão ao Tratado (alternativa europeia à superpotência estadunidense), do apoio de governantes externos ao presidente Chirac, da edição de folheto informativo a favor do Tratado, da qualificação injuriosa feitas aos opositores (xenófobos, antipolacos, etc) o voto a favor do Não ao Tratado em 29 de maio possuía um percentual que oscilava entre 45-55%.⁴⁵

Na Holanda, os mecanismos de hegemonia adotaram, segundo a autora, fórmulas mais caseiras, por meio do qual a imprensa, os dirigentes dos partidos políticos, as igrejas, os líderes sindicais pediram pelo SIM. O Parlamento holandês aprovou o tratado com 85% dos votos. Todavia o discurso retórico oficial também sinaliza o apocalipse, com o primeiro ministro invocando o espectro de Auschwitz, o ministro da economia falou em apagão, o da justiça em guerra. A votação, de 11 de junho, resultou contra o Tratado em uma porcentagem que oscila entre 38-62%.⁴⁶

3.1 A interpretação do Tratado da União Europeia por Susan WATKINS

A autora afirma que em ambos os países o fator chave de mobilização a favor do NÃO não foi o próprio tratado.

Na Holanda deveu-se ao impulso de 40.000 militares do partido socialista (movimento contra a burocratização e as políticas de livre mercado), sendo que os que afirmavam conhecer a fundo o tratado se opuseram ao documento em torno de 85%. Enquanto que na França o debate foi animado por uma intensa campanha educativa que foi capaz de dar a volta sobre a maioria inicial⁴⁷

⁴⁴ Id., p. 6.

⁴⁵ Id., Ibid.

⁴⁶ WATKINS, Susan. *Op. cit.*, p. 7.

⁴⁷ Id., Ibid.

Para WATKINS a mensagem dos grupos de poder, de uma EU mais democrática, eficaz e transparente, capaz de conformar uma alternativa aos EUA se alçava em dissonante contradição com o próprio texto.⁴⁸

Segundo a autora o fato do tratado manter uma arquitetura opaca e antidemocrática da UE, tal qual sua criação em 1957 foi fator determinante para a negativa da população: monopólio da iniciativa em matéria legislativa à Comissão Supranacional; negação do direito aos eleitores europeus de determinar a composição do organismo executivo da EU, um Tribunal de Justiça europeu majoritariamente dedicado às questões comerciais; o parlamento seguiria sendo órgão meramente consultivo carente de poder para lançar alternativas legislativas; acordo sobre peso relativo dos distintos países no conselho de ministros, que implicava em peso maior para Alemanha em detrimento da França, entre outros.⁴⁹

Para a autora o Tratado não poderia ser qualificado como um ato político fundacional, tampouco como uma constituição. Pelo contrário, o Tratado se ocupava com detalhe e conteúdo de medidas destinadas, especialmente, as microoperações relativas aos comércio de bens e serviços. A Comissão, o Tribunal Europeu e o BC eram os encarregados de levar a cabo o programa neoliberal. Distante de acertar as bases de uma política exterior e de defesa independente, capaz de enfrentar cara a cara dos EUA.⁵⁰

De fato, destaca que o tratado assegura que a UE nunca terá uma constituição democrática, em seu lugar, apenas codifica a evolução da UE por traz da guerra fria, a inclinação por uma união monetária, o uso da legislação da UE para avanço de um programa de livre comércio, de práticas de uma política exterior comum através de guerras na Jugoslavia, Afeganistão e Iraque, a expansão de um restabelecimento de relação entre EU e EUA para a queda do bloco soviético.⁵¹

3.2 A dinâmica histórica do processo de integração da União Européia por Susan WATKINS

Afirma a autora que a Comunidade européia do final da década de 80 era um híbrido. Naquele contexto histórico o NAFTA europeu transformou as antigas aduanas da União em

⁴⁸ Id., Ibid.

⁴⁹ Id., p. 8.

⁵⁰ Id., Ibid.

⁵¹ WATKINS, Susan. *Op. cit.*, p. 9.

áreas de livre comércio abrindo os mercados aos 12 estados membros ao movimento sem travas de bens, capital, trabalho e serviços.⁵²

Ao longo da década de 80, registra que a forma ideológica proveniente da tradição da socialdemocracia e da democracia cristã demonstrou sua eficácia na reestruturação das ditaduras estadistas da CE na Grécia, Espanha e Portugal – países com partidos comunistas e tradições revolucionárias fortes – em democracias capitalistas liberais.⁵³

A partir de 89, WATKINS descreve que a geopolítica europeia viveu um período de transformação, com a reunificação da Alemanha e sua condição de 3ª economia mundial mais poderosa, a retirada dos tanques soviéticos que deixavam de justificar a presença da OTAN na UE, bem como o colapso do COMECON e do pacto de Varsóvia deixavam um rastro de países que necessitavam de ajuda econômica e de segurança do Ocidente.⁵⁴

Registra a autora que para os EUA as prioridades imediatas na UE consistiam em prevenir qualquer possível aproximação entre BONN e Moscou que pudesse representar um estreitamento entre a Alemanha com seus aliados ocidentais; em assegurar que não se realizassem políticas de segurança europeia independente; e garantir que a CE assumiria a tarefa de reconfigurar (e financiar) as economias centro europeias como mercados capitalistas abertos.⁵⁵

Aduz que para os EUA o impulso da reforma econômica se daria como uma vocação natural para a CE e, em seguida os EUA poderiam se posicionar apoiando suas demandas para entrar na CE: a emergência de uma CE como uma potência geopolítica independente por meio de um estreitamento excessivo de suas estruturas federais débeis e a introdução de uma manada de novos cavalos de tróia no interior das muralhas da cidade.⁵⁶

Ademais disso, aponta que em dezembro de 1989 o comitê dos governadores do Banco Central de Delors apresentou um plano e um calendário da futura união monetária europeia, que seria emendado ao longo dos anos seguintes. Se esperava que a união monetária haveria de implicar em alguma forma de união política e, com isso um maior grau de responsabilidade.⁵⁷

No período compreendido entre Maastricht e Sarajevo, WATKINS destaca que a Alemanha reunificada poderia dominar uma possível federação de estados europeus em

⁵² Id., Ibid.

⁵³ Id., Ibid.

⁵⁴ Id., Ibid.

⁵⁵ Idem, p. 10.

⁵⁶ WATKINS, Susan. *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁷ Id., Ibid.

virtude de seu peso demográfico e político. A elite francesa se opôs e aliada à oposição britânica a um federalismo mais estreito, implicou a quebra da agenda de unificação política da Europa e, com isso, de qualquer democracia constitucional.⁵⁸

Segundo o entendimento da autora, até mesmo os primeiros passos para uma política exterior comum se mostrou provinciano, tendo em vista que se desencadeou a guerra do Golfo, da Jugoslavia e Croácia, que refletiam em tentativas de acordo político moderado da CE para respeitar interesses das minorias, quando então se discutiu a desvinculação da união monetária com o capítulo social europeu.⁵⁹

Registra que, de forma recorrente a França apresentava proposta de constituir um exercito europeu integrado por 35.000-50.000 efetivos, independentes da OTAN, que recebeu o respaldo temporário da Alemanha. Foi então que os EUA se moveram com rapidez para derrubar qualquer possibilidade de se criar uma força militar independente e, em dezembro de 92 acordou com França e Alemanha que essas forças deveriam permanecer sob as ordens da OTAN.⁶⁰

A seqüência da guerra da independência da Croácia e da Bósnia, com milhares de mortos e refugiados representou, ideologicamente, o fim da auto-proclamada missão da comunidade europeia de acabar com a guerra no velho continente, e, estrategicamente representou a falta de poder da cúpula europeia. Somente com a intervenção da OTAN conseguiu-se reverter o quadro da Bósnia. Assim, em abril de 1993, Paris e Bonn definiram que a política exterior de segurança europeia seguiria estando subordinada aos ditames da OTAN.⁶¹

WATKINS assevera que as elites europeias haviam optado por uma união política tácita, em lugar de uma federação política. A rigidez e as taxas de cambio do atual sistema de moeda única, os critérios de convergência de Maastrich e o Pacto de estabilidade impedem uma possível desvalorização e o financiamento do déficit, deixando as 12 economias disparees da eurozona sem mecanismos alternativos de ajuste cíclico ou de outro tipo de concessões arrancadas aos trabalhadores. Assim, Alemanha, França e Itália tiveram que ajustar-se à agenda de recorte de salários, de proteção de emprego e privatização dos serviços.⁶²

Para a autora, esse foi o contexto da clássica divisão em torno do “*tratado neoliberal*” que se pôs em manifesto nos referendos de França e Holanda, que culminou com a negativa à

⁵⁸ Id., Ibid.

⁵⁹ Idem, p. 11.

⁶⁰ Id., Ibid.

⁶¹ WATKINS, Susan. *Op. cit.*, pp. 11-12.

⁶² Idem, p. 12,

adesão ao tratado. Na Holanda houve aumento das tensões sociais e somente a casta rica votou a favor. Na França, o descontentamento com a situação econômica e social e a noção de um modelo social francês que poderia resultar errado, foi o principal motivo da decisão. As classes altas votaram favoravelmente.⁶³

Ao comentar acerca da Europa de 2003, WATKINS registra que a razão de ser do tratado constitucional era a ampliação da EU. Em 1993 a comissão definiu um nível básico a lista de incorporação: uma economia de mercado operativa, instituições estáveis e capacidade para adotar as decisões da UE.⁶⁴

Todavia, sem que existisse um acordo sobre revisar os tratados a uma UE ampliada, os países mais importantes impulsionaram uma proposta de cooperação mais estreita, possibilitando uma integração em diferentes velocidades (1997, Amsterdan). A decisão dos procedimentos de votação foi adiada para a conferência de NIZA, em 2000.⁶⁵

No caminho até NIZA, afirma a autora que os 3 países mais importantes estabeleceram suas posições: Fischer, defendeu uma federação democrática de estados nações europeus, um parlamento europeu com poderes legislativos, um governo em um presidente federal com poder executivo e uma constituição fundacional. Chirac se opunha a um governo federal e propôs uma união de estados nações forte cuja capacidade de decisão se apoiaria sobre os votos da maioria. A proposta de uma nova constituição poderá ser redigida por uma convenção. Blair, defendia que um debate constitucional não acaba na redação de uma constituição, sendo que um tratado seria mais adequado. Para ele, mais importante seria o reconhecimento de direito a veto por parte de um conselho europeu que deveria reter a direção política.⁶⁶

Em dezembro de 2000 a conferência de NIZA aprovou a ampliação da UE até 25 estados e estabeleceu 2004 como prazo para elaborar um tratado em que se estabeleceria uma constituição para a Europa.⁶⁷

Já em fevereiro de 2002 os primeiros ministros dos estados se reuniram em Bruxelas, todavia, o bombardeio do Afeganistão e a ocupação do Iraque eram o pano de fundo. Apesar de milhões de pessoas em Londres, Madrid e Roma se manifestarem contra a invasão do

⁶³ Id., p. 13-14.

⁶⁴ Id., p. 14.

⁶⁵ Id., Ibid.

⁶⁶ WATKINS, Susan. *Op. cit.*, p. 15.

⁶⁷ Id., Ibid.

Iraque, os primeiros ministros da Espanha, Itália, Portugal e Grã Bretanha proclamaram apoio à invasão em uma declaração conjunta publicada no *the wall street journal*.⁶⁸

De acordo com WATKINS, esse foi o contexto de defesa de um núcleo duro europeu propagado por HABERMAS e DERRIDA, que invocando os preparativos moralmente obscenos da máquina de guerra, explicaram que a guerra havia tornado conscientes aos europeus do fracasso de sua política exterior comum.⁶⁹

Naquele contexto, para impedir a fratura da Europa, os países que conformaram seu núcleo humanitário deveriam fazer uso de mecanismos, acordados em Amsterdam, propugnando uma política exterior européia fundada sobre os princípios de direito internacional. Os países do núcleo duro perceberam que a incorporação de novos países havia alterado de modo irreversível o equilíbrio de poder no seio da UE.⁷⁰

Aponta que na convenção sobre o futuro da Europa, Londres chamou à sua responsabilidade a redação do texto do tratado constitucional. A imprensa britânica, em dezembro de 2003 anunciou o texto final sem modificações: o domínio do conselho europeu se manteria intacto, o veto se mantinha intacto quanto aos impostos, a política de segurança social e política exterior, entre outros.⁷¹

Elucida ainda que os detalhes de ampliação da UE estavam sendo negociados em outro lugar e os novos estado membros teriam um estatuto de segunda classe. As negociações em torno do peso dos votos de cada estado se mantinham paradas, até que a explosão das bombas da estação de Stocha que levaram Zapatero ao poder em março de 2004. Uma das primeiras iniciativas de Zapatero foi reduzir o voto espanhol. Foi nesse ponto, que Blair anunciou que submeteria o tratado internacional a um referendo e Chirac decidiu cumprir a sua promessa de 2002 e o contido no tratado de Maastrich e também submeteria o tratado ao referendo. Pelos cálculos de ambos o resultado seria seguro.⁷²

Porém, a reação dos meios de comunicação da França e Holanda aos referendos deixaram manifestada uma unanimidade surpreendente. Os votantes do NÃO eram irracionais, patológicos, enfim, representavam o pior da sociedade. Falou-se da *política de Peter pan*; que o SIM era a escolha da opinião ilustrada – dos especialistas, dos inteligentes- e

⁶⁸ Id., Ibid.

⁶⁹ Id., p. 16.

⁷⁰ Id., Ibid.

⁷¹ Id., Ibid.

⁷² WATKINS, Susan. *Op. cit.*, p. 15, p. 17.

que o NÃO correspondia à posição dos ignorantes. As críticas a Chirac era de que questões tão importantes como a Europa não deveria pôr-se nas mãos de massas ignorantes.⁷³

A questão que era colocada aos eleitores era de que não havia alternativa para a Europa senão aceitar o Tratado.⁷⁴ Porém, a resposta popular negou a proposta que fora apresentada.

WATKINS questiona a que conclusão devemos chegar com o fracasso da Constituição europeia? Em primeiro lugar, afirma que a ilusão de que a UE ainda poderia emergir como uma potência independente que representaria uma alternativa socialdemocrata mais humanista frente aos EUA, deveria ser descartada: no curso do processo a Europa havia se transformado em um recipiente socialmente vazio.⁷⁵

Já em termos de poder geopolítico, a UE foi reduzida a um papel subordinado do sistema hegemônico estadunidense: o imperialismo dos vencidos. A negativa popular ao tratado da UE deu sinais de que a política geral induzida por Bruxelas está diminuindo, uma vez que a UE já não pode acudir ao capital ideológico da era de Delors.⁷⁶

Ainda, a distancia existente entre os eleitores europeus e as elites neoliberais nunca foi tão grande. O voto do NÃO subestimou a crise de representação da esquerda na medida em que os dirigentes socialistas e trabalhadores abandonaram seus eleitores, deixando o terreno livre às forças marginais. A negativa popular, segundo WATKINS, colocou às claras que se está na construção de um programa geral alternativo ao projeto neoliberal vigente.⁷⁷

4 A Resposta Negativa da população da França e Holanda à Criação da Constituição Europeia: a análise de Jean BAUDRILLARD

Em artigo publicado na revista *New Left Review* n. 33, com o título de “*Santa Europa*”, Jean BAUDRILLARD afirma que o resultado negativo do referendo europeu denominado *trompe l’oeuil*, que pretendia a coalisão em torno de uma *Santa Europa infalível e universal*, retratou uma clara postura defensiva da população que sinalizava que se esconderia um cadáver no armário.⁷⁸ Em outras palavras, que não havia a transparência necessária para o povo; para a população que seria atingida por tal decisão.

⁷³ Id., p. 18.

⁷⁴ Id., Ibid.

⁷⁵ WATKINS, Susan. “Tembloros Continentales.” In: *New Left Review* n. 33, jul-ago 2005, pp. 19-20.

⁷⁶ Id., Ibid.

⁷⁷ Id., Ibid.

⁷⁸ BAUDRILLARD, Jean. “Santa Europa”. In: *New Left Review* n. 33, jul-ago 2005, p. 22.

Afirma o autor que esse posicionamento da população refletiu a colocação à prova da europositividade, que em um reflexo de orgulho e autodefesa representou um fogo contra a coalisão de todos aqueles que partem de um bem universal, ainda que isso já tenha sido renegado pela história.⁷⁹

Para o autor, trata-se de uma resposta ao princípio hegemônico imposto por cima, ao que a vontade do povo resulta diferente, senão um obstáculo a superar. Afirma que as autoridades têm razão em temer os referendos e toda a forma de expressão direta de uma vontade política que, em razão da oportunidade da verdadeira representação poderia ter resultados negativos para eles próprios.⁸⁰

Destaca que estamos acostumados à malversação da opinião pública, exemplificando que não faz muito tempo a Guerra do Iraque se produziu graças a uma coalisão internacional de todas as potencias contra a expressão massiva e espetacular da vontade de todos os povos. Segundo a autora, a Europa estaria se construindo nesse mesmo modelo: de desprezo total pela voz do povo.⁸¹

Para muito além do referendo, significa a decomposição do princípio da representação, uma vez que as instituições representativas não funcionam mais no sentido democrático: das autoridades até abaixo, por meio de uma consulta manobrada e de um jogo circular de perguntas e respostas cujo resultado somente pode dar SIM.⁸²

Enfatiza BAUDRILLARD que funcionaria ao oposto de uma representação real. Seria a indução forçada de decisões tomadas em nome do povo, inclusive quando, em segredo, o povo pense o contrário. Para o autor representa a liquidação da representação verdadeira, na qual o povo da Europa se encontra consignado ao papel de extra ao que, periodicamente, lhes pedem voto.⁸³

Nesse sentido, de acordo com o entendimento do autor, o resultado deste referendo não representa mais do que um episódio, entre vários em no caminho da perda da soberania coletiva. A figura do votante passivo ou manipulado se segue a do cidadão refém, tomado cativo pelos poderes governantes: uma forma de terrorismo de Estado.⁸⁴

⁷⁹ Id., Ibid.

⁸⁰ Id., p. 22-23.

⁸¹ Id., Ibid.

⁸² Id., Ibid.

⁸³ BAUDRILLARD, Jean. *Op. cit.*, p. 23.

⁸⁴ Id., Ibid.

5 Uma Alteração nos Rumos do Processo de Integração da União Européia: O Tratado de Lisboa⁸⁵

A suspensão da oitava popular estabelecida após a negativa da França e da Holanda, através do voto direto, desencadeou uma série de articulações políticas no âmbito da União Européia com a finalidade precípua de interromper a manifestação popular que pudesse comprometer o objetivo de consolidar a própria União. Ou seja, o desejo dos *representantes do povo* passou a consistir em que se deveria evitar a formação de uma maioria contrária ao processo de integração, nos moldes originais estabelecidos para tanto. Tal fato evidenciou a existência concreta de um déficit de democracia.

Ainda que a vontade dos cidadãos, nesta estrutura da União Européia, represente a garantia da ação legítima dos que a governam, bem assim da perpetuação da unidade, da arquitetura de construção de uma nova estrutura que interessará a todos, pelo que ela poderá e se propõe realizar em benefício de todos, o recém editado Tratado de Lisboa impõe alterações que objetivam silenciar ainda mais a voz dos cidadãos em manifestarem no coletivo a vontade individual.

Preliminarmente, não é demais repisar que, na estrutura da União Européia, a cidadania é representada pelo Parlamento Europeu (cujos membros são eleitos pelo sufrágio universal direto); os Estados europeus são representados no Conselho da União Européia. E que, os Estados europeus, por sua vez, têm democraticamente eleito seus representantes, de acordo com suas respectivas leis fundamentais ou constituições; e os interesses da União Européia são defendidos pela Comissão Européia. Desse triângulo institucional se constrói a União Européia, cujo modelo, por pretender constituir num exemplo de maturidade cívica e coletiva, deveria estar posta à disposição da importância do peso da coletividade, da pluralidade, no mundo hodierno.

No tocante ao Tratado de Lisboa - elaborado após o “*fracasso*” na aprovação do projeto de uma Constituição Européia com a finalidade de dar prosseguimento à União Européia-, tem-se que esse Tratado foi elaborado e destinado a substituir o projeto de Constituição. Referido Tratado foi aprovado em Dezembro de 2007 pelos *Parlamentos Nacionais* e não mais pela manifestação popular direta. Eis que nova indicação concreta da deficiência democrática na União.

⁸⁵ Trata-se aqui da *Declaração ad n. 4 do artigo 9.-C do Tratado da União Européia e n. 2 do artigo 205. do Tratado sobre o Funcionamento da União Européia – DS 871/07 de Lisboa, 19 de outubro de 2007*. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu>.

Ao fazer outra reflexão sobre esse processo, que subtrai da manifestação popular direta a aprovação deste novo Tratado “*simplificado*”, que substituirá a Constituição, cujo objetivo foi adiado para depois de 2012, o que se poderia indagar é se a democracia não teria sido lesada. Ora, nos termos do que se procurou demonstrar ao longo desse texto, anteriormente, a União Européia deveria ser construída sobre uma estrutura que privilegiasse, direta ou indiretamente, a manifestação popular. Se a manifestação popular pudesse ser obtida, através do sistema indireto, pelo qual se pronunciará por representação, poderia se afirmar que teria sido obtida a necessária aprovação para legitimar este novo Tratado “*simplificado*”, como passo inicial da futura Constituição. Não podemos esquecer que a A “*Constituição anterior*” tinha obtido a aprovação de dezoito Estados. Sendo que, apenas em dois deles, França e Holanda, não havia tido a aprovação. Os demais países, cerca de oito, preferiram suspender o referendo, com receio de que a reação francesa *contaminasse* a manifestação de seus nacionais.

Mister destacar que o que foi rejeitado pelo referendo da França e da Holanda era um texto com aspiração de se tornar uma Constituição, de mais de 200 (duzentas) páginas que continha cláusulas que definiam os direitos dos cidadãos, bem como o papel e os poderes das instituições da União Européia a serem conduzidos e supervisionados por um secretariado sediado em Bruxelas. Todavia, em face das divergências no interior do bloco que não puderam ser dirimidas por meio de *decreto*, as mesmas causaram inseguranças que retrataram a falta de transparência e democracia na União Européia e que puderam ser sentidas pela população francesa e holandesa e culminaram com o resultado negativo do referendo. Nessas condições seria inviável prosseguir com a concessão de mais poderes para as instituições supranacionais que iriam controlar o processo de integração européia em todas as suas dimensões.

Para superar as tendências contrárias manifestadas pelos referendos da França e Holanda seria necessário o estabelecimento de um longo processo de consulta e debates públicos envolvendo todos os setores da sociedade. Todavia, a Constituição Européia havia sido redigida às portas fechadas, sem a participação da população, por isso responderam com um sonoro NÃO.

Nesse cenário, identificado pelas lideranças do bloco como instável e perturbador à continuidade do processo da União, decidiu-se pela adoção do Tratado de Lisboa de tal forma a alavancar a continuidade do processo de integração.

O Tratado de Lisboa, redigido em Lisboa a partir de 17 de outubro de 2007 foi aprovado em 13 de dezembro do mesmo ano. O *Tratado de Reforma*⁸⁶, como vem sendo designado, contém as emendas aos dois únicos tratados que o bloco vai conservar: o Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o funcionamento da UE.

O Tratado de Lisboa é o resultado de negociações entre Estados-Membros, reunidos em Conferência Intergovernamental, em que participaram nos trabalhos a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. Antes de poder entrar em vigor, este Tratado deverá ser ratificado por todos os 27 Estados-Membros. Cabe a estes últimos, em conformidade com as respectivas regras constitucionais, escolher o modo de ratificação. Os Estados-Membros fixaram como objetivo para a entrada em vigor a data de 1 de Janeiro de 2009, ou seja, alguns meses antes das eleições para o Parlamento Europeu.⁸⁷

Ainda, o Tratado de Lisboa confere à União Europeia, personalidade jurídica própria para assinar acordos internacionais a nível comunitário. Nesse Tratado o termo “*Comunidade*” será substituído por “*União*”, nomeia o *Alto Representante para a Política Exterior e de Segurança Comum da União Europeia* e estabelece a aplicação formal da dupla maioria a partir de 2014.⁸⁸

O Tratado de Lisboa contém duas cláusulas essenciais: uma que modifica o tratado da União Europeia (ou tratado da UE - originalmente, tratado de Maastricht) e outra que modifica o tratado que institui a Comunidade Europeia (ou tratado da CE - originalmente, tratado de Roma de 1957). O conceito constitucional que consiste em abranger todos os atuais tratados para os substituir um único texto (Tratado de Roma de 2004 ou Tratado que estabelece uma constituição para a União Europeia) é abandonado. O tratado de reforma institucional introduzirá nos tratados actualmente em vigor as inovações decorrentes dos trabalhos da Conferência Intergovernamental de 2004.⁸⁹

Pelo Tratado, a partir de 2014 começará a aplicar-se formalmente a dupla maioria (de 55% dos estados membros, com um mínimo de 15, que englobe 65% da população), a Polónia poderá invocar o Tratado de Nice para conseguir uma minoria de bloqueio. Por outro lado, passarão de 36 a 87 as matérias que se adoptarão por maioria qualificada.⁹⁰

⁸⁶ Cf. *Principais elementos do Tratado de Lisboa*. Disponível em <http://noticias.terra.com.br>. Acesso em: 15/01/2008.

⁸⁷ Cf. Disponível em http://europa.eu/lisbon_treaty/take/index_pt.htm. Acesso em: 15/01/2008.

⁸⁸ Cf. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_\(2007\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_(2007)). Acesso em: 20/01/2008.

⁸⁹ Cf. *Tratado de Lisboa (2007)*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_\(2007\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_(2007)). Acesso em 20/01/2008.

⁹⁰ Cf. *Tratado de Lisboa (2007)* Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_\(2007\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_(2007)). Acesso em 20/01/2008.

A indagação que restaria a refletir seria porque a União Europeia haveria decidido desistir da Constituição? Sem dúvida a negativa do referendo da França e Holanda foi o motor propulsor dessa mudança de rumo no processo de integração, tendo que vista que esses países afirmaram, por meio de voto direto, que não seria possível adotar a Constituição sem mudanças importantes, nos referendos de 2005, expondo as fragilidades da União Europeia no que tange a existência concreta de um déficit de democracia.

Considerações Finais

É notório que diversos problemas surgidos no processo de integração da União Europeia tem uma origem comum: o fato de que a UE nasce e se desenvolve até o presente momento sob o signo de uma contradição: padece de alto déficit democrático apesar de sua proposta original sinalizar estar fundamentada em princípios democráticos.

O resultado negativo dos referendos de França e Holanda culminou com a proposta do Tratado de Lisboa pelas lideranças da União Europeia.

A população afetada ao sinalizar que eram necessárias mudanças no processo de legitimação das decisões, deixou clara a idéia da importância da participação do cidadão na construção da Comunidade Europeia. É, óbvio que, esse processo participativo é o início de vários outros processos que ressaltam o valor da cidadania em comunidades democráticas.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. "Santa Europa". In: *New Left Review* n. 33, jul-ago 2005.
- BLACKBURN, Robin. "El capital y la Europa social". In: *New Left Review* n. 34, set-out 2005.
- FRAGA, Ana. *Os parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia*. Lisboa: Edições Cosmo, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre impasse político e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOMES, Elton. *Processo decisório, legitimidade democrática e accountability em blocos de integração regional: a discussão da União Europeia*. Disponível em: <http://seminariopolitica.t5.com.br/papers/eltongomes.doc>. Acesso em: 15/01/2008.
- NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *O déficit democrático na união europeia*. Disponível em <http://www.Jus2.uol.com.br/doutrina/textos>. Acesso em: 15/01/2008.
- WATKINS, Susan. "Tembloros Continentales." In: *New Left Review* n. 33, jul-ago 2005.